

CAMINHOS TRANSDISCIPLINARES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

WAYS TRANSDISCIPLINARY IN POLICY SOCIAL ASSISTANCE

ANA ANGÉLICA GENARO*

EGLI MUNIZ**

RESUMO

Este estudo, cujo tema é o desafio da transdisciplinaridade entre Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social, desenvolvido nos institutos da Fundação Toledo, foi realizado junto aos profissionais dos institutos da Fundação Toledo. O objetivo proposto foi proporcionar a reflexão sobre os desafios que os profissionais da Política de Assistência encontram no trabalho transdisciplinar na construção da assistência como uma política no campo do direito à proteção social. O estudo foi realizado através de uma abordagem qualitativa a nível exploratório. Utilizou-se como instrumentais de coleta de dados a observação sistemática, a entrevista com o uso do questionário com perguntas abertas e fechadas. O universo em questão compôs-se de doze Assistentes Sociais e seis Psicólogas, sendo assim uma pesquisa censitária, realizada no período de maio a julho de 2010. A amostra foi a não probabilística intencional. O objeto de estudo nesta pesquisa foi o processo da transdisciplinaridade dos profissionais na área da Política de Assistência Social. Os resultados da pesquisa apontaram que os profissionais que desenvolvem suas atividades na Política de Assistência Social sabem da importância de um trabalho transdisciplinar, mas reconhecem que ainda é um processo de compreensão que precisa ser muito estudado ainda.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social. Política de Assistência Social. Interdisciplinaridade.

* Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Doutora Egli Muniz.

** Possui graduação em Serviço Social - ITE (1967), mestrado em Serviço Social - UNESP (1998) e doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (2003), com foco na gestão da política de assistência social. Coordenadora e Professora no Curso de Serviço Social, do Centro Universitário de Bauru (ITE) e Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão de Políticas Públicas. Foi Secretária Municipal de assistência social da Prefeitura Municipal de Bauru na gestão 2005-2008. Atua na capacitação de equipes de órgãos gestores bem como Conselhos de Assistência Social.

ABSTRACT

This paper, which theme is the transdisciplinarity amidst Social Assistants and psychologists in Social Assistance Policy, developed at Institutes from Fundação Toledo, it was accomplished together to professionals from Institutes of Fundação Toledo. The proposed goal was to supply reflection about the challenges that Assistance Policy professionals find in transdisciplinary works in the construction of the assistance as a policy in the field of law to social protection. The study was performed through a qualitative approach in explorer level. Systematic observation was used as data collecting instruments, the interview with the use of questionnaires with open and closed questions. The universe in question is made up of twelve Social Assistants and six psychologists, This way it is a censitaire research, accomplished from may to july, 2010. The sample was the non intentional probabilistic method. The object studied in this research was the transdisciplinary process of the professionals in the Social Assistance Policy area. The research results point that the professional that develop their activities in the Social Assistance know the significance of a transdisciplinary work, but they understand that it is a process of understanding that still needs to be studied deeply.

KEY WORDS: Social Protection, Social Assistance Policy, Interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

A prática da assistência é antiga na humanidade. Em diferentes sociedades, a solidariedade dirigida aos pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente. Essa ajuda pautava-se na compreensão de que na humanidade sempre existirão os mais frágeis, que serão eternos dependentes e precisam de caridade e benemerência.

Com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, as práticas assistenciais de benemerência foram apropriadas pelo Estado direcionando dessa forma a solidariedade social da sociedade civil.

A Constituição Federal é um marco fundamental na trajetória da Assistência Social, pois a reconhece como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro. Afirma Sposati (2004, p.42), que a Assistência Social, garantida na CF/88 contesta o conceito de “(...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco. A LOAS introduz um novo significado a Assistência Social enquanto Política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo, cujo eixo é posto na criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS “ (MESTRINER,2001, p. 206.). É certo que a história da Política de Assistência Social não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta Lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo” (YASBEK, 2004, p.13), assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania.

Em 2004, após um movimento de discussão nacional, foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, uma vez que este sistema de gestão visa atender as famílias em sua totalidade, com ações contínuas e que respondam as necessidades básicas.

Com isto, em 2005, fez-se necessário à edição de uma Norma Operacional Básica que definisse as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

A NOB/SUAS é fundada em pacto entre os entes federativos, o que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de Assistência Social em todo território nacional, sob o paradigma dos direitos à proteção social pública de seguridade social e à defesa da cidadania do usuário. Assegura, ainda, a primazia e a precedência da regulação estatal sobre essa atividade pública, cuja dinâmica democrática sob controle social prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações e o comando único das ações em cada esfera de governo.

A NOBRH (2006) é conceituada como um instrumento normativo responsável pela definição de diretrizes e responsabilidades no âmbito da política do trabalho na área da assistência social.

O mesmo está previsto como Meta 2 na Deliberação da V Conferência Nacional da Assistência Social, a seguir descrita: “Construir e implementar a política de gestão de pessoas, mediante a elaboração e aprovação de Norma Operacional Básica específica e criação de plano de carreira, cargos e salários, com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades de classes representativas”. E têm por finalidade primordial estabelecer parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, englobando todos os trabalhadores do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, inclusive quando se tratar de consórcios públicos e entidades e organizações da assistência social.

Diante disso, hoje os instrumentos de regulação da Política de Assistência Social em vigor são, portanto, a CF/88, a LOAS/93, a Política Nacional de Assistência Social/2004 a Norma Operacional Básica/ SUAS/2005 e a NOBRH.

Sendo assim a NOBRH estabelece as equipes de referência para os CRAS e CREAS, serviços socioassistenciais e os profissionais presentes em todas elas, entre os quais os assistentes sociais e psicólogos que, neste estudo serão os sujeitos da pesquisa.

Para que esses serviços sejam executados de forma a propiciar a efetivação dos direitos sociais, a proposta é que as equipes trabalhem sob uma abordagem interdisciplinar e quando falamos em interdisciplinaridade, estamos de algum modo nos referindo a uma interação entre as disciplinas ou áreas do saber.

Dessa forma, dizemos que na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento, na verdade, ela se refere à integração das disciplinas, que norteiam e orientam as ações interdisciplinares.

Rodrigues (1998, p. 156) nos diz sobre a interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer.

A transdisciplinaridade por sua vez consiste em uma proposta relativamente recente e representa um nível de integração disciplinar além da interdisciplinaridade. Entende-se por equipe transdisciplinar um coletivo de pessoas de distintas especialidades, que atuam e desenvolvem atividades de diferentes naturezas e agem como um colegiado articulado.

As habilidades e competências individuais são extremamente relevantes para a conformação dessas equipes, na verdade, elas devem ser complementares, a fim de possibilitar uma integração real, demais de agregar percepções e saberes. O objeto de estudo nesta pesquisa foi o processo da transdisciplinaridade dos profissionais na área da Política de Assistência Social.

Através desse trabalho os profissionais buscam proporcionar que os usuários sejam vistos como cidadão e sujeitos de direitos e integrantes de diferentes segmentos da classe trabalhadora, tendo como objetivo à superação dos processos de vulnerabilidades e exclusão social que atinge essas famílias, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania.

Melo e Almeida (1999, p. 235) ressaltam a importância do papel profissional em equipes interdisciplinares, no desenvolvimento de ações junto aos usuários:

É necessário que o profissional envolvido em trabalhos interdisciplinares funcione como um pêndulo, que ele seja capaz de ir e vir: encontrar no trabalho com outros agentes, elementos para a (re) discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito interventivo, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral à reflexão sobre os desafios que os assistentes sociais e psicólogos da Política de Assistência Social encontram no trabalho transdisciplinar na construção da assistência como uma política no campo do direito à proteção social e como específicos foram: levantar quais profissionais têm efetivamente compartilhado a operação dos programas e serviços socioassistenciais na Política de Assistência Social; distinguir a visão dos profissionais sobre a assistência social e o papel da equipe transdisciplinar nessa política; desvelar qual o perfil profissional necessário para o trabalho transdisciplinar na visão dos profissionais da Política de Assistência Social e identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais desta Política no exercício da transdisciplinaridade.

O estudo foi realizado no período de fevereiro a novembro de 2010, nos Institutos da Fundação Toledo. Do universo desta pesquisa participaram 18 profissionais, e sua amostra contou com 03 sujeitos.

A hipótese partiu do pressuposto que, diante da realização de um trabalho transdisciplinar face às demandas hoje existentes, os profissionais da Política de Assistência Social têm desenvolvido um processo de aprendizagem do trabalho transdisciplinar com outros profissionais, procurando construir em conjunto com esses novos atores uma política pública que consolide o direito à segurança social da população, entendendo que a diversidade e multiplicidade de olhares, possibilitam maior riqueza e profundidade no cumprimento do propósito maior dessa política.

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa que foi de extrema importância, pois permitiu uma análise mais profunda e próxima da realidade dos sujeitos. O nível utilizado foi o exploratório, visto que se objetivou conhecer a problemática do estudo tal como esta se apresenta e o seu significado.

Como instrumentais de coleta de dados utilizou-se a observação sistemática, a entrevista com o uso do questionário com perguntas abertas e fechadas.

Este estudo foi classificado em 04 quatro capítulos, sendo o primeiro destinado a esta introdução.

No segundo capítulo será abordada a contextualização histórica da Assistência Social no Brasil, fazendo uma análise sobre sua inserção na Política; a Política de Assistência Social e os Serviços Socioassistenciais, finalizando com a interdisciplinaridade na concretização da Política de Assistência Social, bem como o surgimento da transdisciplinaridade e os desafios ao desenvolvê-la nessa Política, propondo assim uma

reflexão conjunta, sobre a diversidade de percepções, conhecimentos e ideologias presentes no desenvolvimento das ações na Política de Assistência Social.

Serão abordadas no terceiro capítulo, a apresentação da Fundação Toledo e suas características, bem como os caminhos da metodologia.

No quarto capítulo serão apresentados os dados e análise dos resultados da pesquisa, seguido do último capítulo, que revela a conclusão deste estudo, relacionando-os com os objetivos e com a hipótese inicialmente elaborada, buscando uma correlação entre teoria e prática, numa visão dialética dos resultados da pesquisa. Mediante tais resultados foram apresentadas sugestões para futuras intervenções na Instituição, bem como de uma nova temática a ser desenvolvida junto aos profissionais, tendo em vista que este trabalho não pode ser considerado como pronto e acabado.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para analisar a Política de Assistência Social é fundamental investigar a sua trajetória, que historicamente, no seu início foi vista como uma ação tradicionalmente paternalista e clientelista do poder público, associada às primeiras Damas, com caráter de “benesse”, transformando o usuário à condição de “assistido”, “favorecido” e nunca como cidadão usuário de um serviço a que tem direito.

Da mesma forma confundia-se a assistência social com a caridade da Igreja, com a ajuda aos pobres e necessitados, tradicionalmente a assistência social era vista como assistencialista.

O Assistencialismo reproduzido nas políticas governamentais, ao contrário de caminhar na direção da consolidação de um direito, reforça os mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais e acentua o caráter eventual e fragmentado das respostas dadas à problemática social.

Assim, a Assistência Social era vista de forma dicotomizada, com caráter residual, próxima das práticas filantrópicas, um espaço de reprodução da exclusão e privilégios e não como mecanismo possível de universalização de direitos sociais. A Assistência sempre se apresentou aos segmentos progressistas da sociedade como uma prática e não como uma política.

Mas em relação à ação do Estado, a Política de Assistência Social configurou-se, até os anos 80, como uma ação paliativa, pontual, fragmentada, secundária, marginal, sequer merecia o estatuto de política social.

Era um campo de ação marcado por ações pobres, precárias, para a parcela da população a quem a sociedade capitalista nega os direitos mais elementares à sobrevivência.

Diante da forma como se caracterizaram historicamente as ações públicas de enfrentamento à pobreza no Brasil, Yazbek (1993, p. 50-51) chama atenção para o que considera de distorções nesta área:

Seu apoio, muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas (...); sua vinculação histórica com os trabalhos filantrópicos, voluntários e solidários dos homens em sua vida em sociedade (...); sua conformação burocratizada e inoperante, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área.

Era vista até como necessária, mas vazia de “consequências transformadoras”, sua operação era revestida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras políticas sociais.

Em 1988, com a Constituição Federal, por sua vez houve um marco fundamental, porque reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro.

A Assistência Social considerada como uma política pública de Seguridade Social, é conceituada como direito do cidadão e dever do Estado realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Propondo garantias dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais e principalmente ao enfrentamento da pobreza, não mais vista assim como caridade ou favor.

Seguridade Social, através do conceito de Martins (2003, p.43):

É um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Conforme Art.203 da Constituição: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” Sposati (2004, p.42) ressalta ainda que:

A Assistência Social, garantida na CF/88 contesta o conceito de “(...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco.

A partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8742 de 7 de dezembro de 1993), a assistência tornou-se uma política de responsabilidade do Estado, direito do cidadão e, portanto, uma política estratégica no combate à pobreza e para a constituição da cidadania das classes subalternas, efetivando dessa forma a assistência social em direito.

Tratando-se da Assistência Social no Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 1º, preceitua que:

A assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, é política não contributiva de seguridade social, que provê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública, privada e da sociedade, visando ao atendimento das necessidades básicas.

Na verdade, ele reitera o artigo 194 da Constituição Federal que inscreve a Assistência Social no campo da Seguridade Social, definida como: “Um conjunto integrado de ações de

iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A idéia da instituição de um sistema de proteção social público surgiu no século XIX com a industrialização e a constatação de que a vulnerabilidade e a insegurança social vinham se ampliando à medida que se expandiam às relações de trabalho assalariadas.

Nesse sentido Boschetti (2009, p. 329) ressalta que:

Essa situação não resolve, ao contrário, agudiza a histórica tensão entre trabalho e assistência social, pois é a ausência de trabalho/emprego que provoca a demanda pela expansão da assistência, sem que essa seja capaz de resolver a questão do “direito ao trabalho” e o direito a terem direitos, nos marcos do capitalismo. Assim, a assistência social não pode e não deve substituir o trabalho, mas pode ser um elemento intrínseco de um sistema maior de proteção social, complementar aos direitos do trabalho, podendo contribuir para transferir renda do capital para o trabalho.

Já em 2003, a partir da definição do governo de estabelecer uma rede de proteção e promoção social, a LOAS vem sendo aprimorada para o cumprimento das determinações legais.

Nesse sentido a Política de Assistência Social, desenvolve ações que proporcionam a garantia das seguranças, mediante os serviços, benefícios, programas e projetos, particularmente os Serviços Sócios Assistenciais, que tem uma relevância fundamental na Assistência Social.

Em 2004, após um movimento de discussão nacional, foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Então em 2005, destacamos a implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil.

Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O Sistema possibilita a padronização da infraestrutura dos equipamentos da Assistência Social, a melhoria na qualidade do atendimento, a adequação dos recursos humanos, a definição de nomenclatura dos serviços e atividades, e altera fundamentalmente operações como o repasse de recursos federais para Estados, Municípios e Distrito Federal, assim como a prestação de contas da Assistência Social.

Nessa realidade o SUAS além da oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, para que estas possam desenvolver seu trabalho sob as demandas existentes, junto aos usuários propiciando condições dignas de sobrevivência.

É certo que a história da Política de Assistência Social, não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta Lei introduziu uma nova realidade institucional propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais.

Confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo” (YASBEK, 2004, p.13), assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania.

Diante desta realidade, a prática profissional na Política de Assistência, precisa ser composta por múltiplas ações-reflexões, sendo assim uma de suas estratégias de atuação o trabalho interdisciplinar, o qual visa à articulação de diferentes compreensões, faz-se imprescindível à interlocução de conhecimentos empíricos e teóricos dos profissionais envolvidos que participam de forma a contribuir com suas particularidades, na qual não haja sobreposição de saberes, mas sim uma construção.

2.1 A Assistência Social e os serviços socioassistenciais

A inclusão da assistência social na seguridade social foi uma decisão plenamente inovadora a princípio, por tratar, este campo como de conteúdo de política pública de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação com atividades e atendimentos

eventuais; segundo por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, que atribui primeiro à família, depois a sociedade e por último ao Estado essa responsabilidade.

Diante disso, a Assistência Social passa a ser concebida como política social trazendo, portanto, a questão para o campo dos direitos e para a esfera da responsabilidade estatal com a “proteção social de todos os cidadãos”, independentemente de contribuição direta do trabalhador, sendo financiada pelo Orçamento Fiscal.

Como explica Sposati (1997, p.31, apud MUNIZ, 2009, p. 9):

Uma política de proteção social compõe o conjunto de direitos de civilização de uma sociedade ou o elenco das manifestações de solidariedade de uma sociedade para com os seus membros. Ela é uma política estabelecida para a preservação, à segurança e dignidade a todos os cidadãos.

Ao se constituir no campo da Seguridade Social, da proteção social, é conseqüentemente uma política que garante a segurança social dos cidadãos que não têm acesso à riqueza socialmente constituída e nem aos serviços sociais básicos, necessários à sua reprodução social.

Pode-se dizer que não há pleno consenso sobre o modelo brasileiro que contempla a assistência social no campo da seguridade social, isso porque não se entende o conteúdo da seguridade ou porque há resistências em tornar a assistência social política pública, afiançadora de direitos, ou como parte da seguridade social.

A assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições, seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais, portanto, é fundamental a compreensão do conteúdo possível dessa área e de suas implicações no processo civilizatório da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva Sposati (2009, p. 24) afirma que:

O modelo de gestão deve estar apto não só a cadastrar beneficiário, mas a vincular territorialmente os benefícios a um conjunto de serviços que fortaleçam as condições do cidadão. É uma operação

que supõe tanto o trabalho com pessoas como com as condições de qualidade de vida instaladas ou a serem instaladas.

Por isso a concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais, ele não flui de uma fórmula matemática ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças em movimento.

Da perspectiva da extensão da rede de proteção social, a previdência brasileira mostra-se bastante evoluída, mesmo para uma comparação internacional que leva em consideração países ricos, envelhecidos e com ampla cobertura de suas previdências.

Segundo Di Giovanni (1998, p.10), entende-se por Proteção Social: “As formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações”. (...)

A Assistência Social não pode ser entendida como uma política exclusiva de proteção social, mas seus serviços e benefícios devem-se articular aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais.

Com isto, prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação clara da situação de vulnerabilidade apresentada, os quais deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, para que deste modo possam inseri-las nas diversas ações ofertadas.

Para a efetivação da Assistência Social como política pública, contudo, é imprescindível sua integração e articulação à seguridade e demais políticas sociais.

Nessa trajetória de afirmação como política social, a Assistência Social demonstra que as inovações legais estabelecidas na Constituição Federal, na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica/SUAS, por si só, são incapazes de modificar de imediato o legado das práticas de assistência social sedimentadas na ajuda, na filantropia e no clientelismo.

O SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS), que apresenta claramente as competências de cada órgão.

Surgem então os serviços socioassistenciais, que constituem a mediação privilegiada para que indivíduos, famílias e grupos tenham a garantia de acesso aos direitos

socioassistenciais. Sua expansão e qualificação remetem a responsabilidades a serem operadas pelos três entes federativos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS sob o paradigma da constituição do direito socioassistencial incide em questões fundamentais e substantivas para a área de gestão de pessoas.

Para a implementação do SUAS, aspectos importantes da gestão têm sido apontados como fundamentais: a descentralização, o financiamento, o controle social e a política de Recursos Humanos.

Surge então nesse momento, a reivindicação para a construção de uma Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUAS, sendo conhecida como NOB-RH.

A NOB-RH (2006) é conceituada como um instrumento normativo responsável pela definição de diretrizes e responsabilidades no âmbito da política do trabalho na área da assistência social.

O mesmo está previsto como Meta 2 na Deliberação da V Conferência Nacional da Assistência Social, a seguir descrita: “Construir e implementar a política de gestão de pessoas, mediante a elaboração e aprovação de Norma Operacional Básica específica e criação de plano de carreira, cargos e salários, com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades de classes representativas”. E têm por finalidade primordial estabelecer parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, englobando todos os trabalhadores do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, inclusive quando se tratar de consórcios públicos e entidades e organizações da assistência social.

A NOB-RH surge num contexto de reestruturação e requalificação do setor público no Brasil, com um decisivo investimento na máquina administrativa estatal e nos servidores públicos federais. Somente no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2006, foram admitidos mais de 200 (duzentos) novos servidores ingressantes por concurso público.

Conforme estabelecido na NOB-RH (2006), os serviços exigem equipes multiprofissionais para sua execução, a exemplo do CRAS, que tem em sua composição assistentes sociais e psicólogos.

Em Bauru a SEBES também estabeleceu as equipes mínimas para execução de cada serviço, da rede socioassistencial, na qual a Fundação Toledo está inserida, por exemplo: o

CIAVI, o CITE, o NAF Real e NAF Jaraguá são compostos por assistentes sociais e psicólogas.

Consideramos a rede socioassistenciais um avanço na Política de Assistência Social, porém é necessário fazer uma reflexão sob a conjuntura política, social e econômica ao qual se insere, pois é necessário compreender os limites e constrangimentos de ordem estrutural, para que a sua efetividade não seja comprometida.

Apesar de todos os esforços e avanços, ainda permanece um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação.

Conforme avalia Yasbek (2004, p. 26):

Na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários.

O Brasil coloca, em termos proporcionais, muitos recursos para sua proteção social, o SUAS organiza as ações da assistência social em: Vigilância Social, significa a produção de informações, indicadores e índices territorializados que apontem as situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que ocorram em famílias/indivíduos. Em decorrência do ciclo de vida, pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono. Adultos e crianças vítimas de exploração, de violência e de ameaças. Vítimas de preconceito por etnia, gênero e orientação sexual e vítimas de segregação social.

Abrange também os padrões de dos serviços de assistência social em especial aqueles que operam em forma de albergues, abrigos, residências, provisórias nas diferentes faixas etárias.

Proteção Social Básica, tem caráter preventivo e de inclusão social. Seus objetivos são prevenir situações de risco, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos), fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade, por deficiência.

Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. Compõem a Proteção Social Especial em Média Complexidade e Alta Complexidade.

A Proteção Social de Média Complexidade, é dirigido para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social decorrentes de abandonos privação, exploração, violência, delinquência, dependência química, maus tratos físicos e /ou psíquicos, abuso sexual, ou seja, situações de violação de direitos, mas que não ocorreu ainda o rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários.

A Proteção Social de Alta Complexidade, é dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal/social, que exige proteção integral (moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido) pois foram rompidos os vínculos familiares e/ou comunitários.

A Proteção Social Básica e Especial deve garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário à família e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela complexidade.

Contudo, vale ressaltar que o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou em 11 de novembro de 2009, em Brasília, a resolução que padroniza os serviços da Assistência Social.

Definida durante reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a padronização dos serviços foi intitulada como “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”.

A Tipificação é um marco na regulação da área da Assistência, principalmente, por criar identidade para o próprio usuário, que hoje encontra dificuldade em reconhecer quais são os seus direitos.

Com a medida, os serviços passam a ter nomenclatura nacional, uma unidade e uma compreensão de que é preciso complementar as ações, independentes de governos, podendo ter inclusive mais condições de definir a qualidade dos serviços. Com a Tipificação, o usuário pode dimensionar o tamanho da sua demanda e ter claro o que pode acessar.

Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com os Municípios, Estados e o Distrito Federal, definiu os nomes dos serviços socioassistenciais e quais as características de cada um deles estão relacionadas ao atendimento a famílias e indivíduos no Brasil.

Segundo a Resolução nº 109 (2009) no Art. 1º. resolve: Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo: Serviços de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica, no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Para a execução destes programas e serviços, em cumprimento a Resolução nº 109, a SEBES elaborou um projeto padrão para o exercício dessas ações para 2011, e a Fundação Toledo está inserida nos seguintes serviços: Pronto Atendimento Social, sendo composto por um assistente social, um psicólogo, um motorista e/ou auxiliar administrativo, para execução do serviço a 126 famílias/mês; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, composta por um assistente social e um psicólogo, para acompanhamento de até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras; Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para Idosos, composta por um assistente social e um monitor, para atender 30 idosos por núcleo; Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 05 anos e 06 meses a 14 anos e 11 meses, sendo composto como equipe técnica um assistente social e um pedagogo e/ou psicólogo, e com equipe de apoio dois educadores sociais, uma merendeira, uma auxiliar de cozinha, dois serventes de limpeza e/ou ajudante geral, um auxiliar administrativo, equipe esta para atendimento mínimo de cada 100 crianças; Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens, sendo composto por um orientador social coordenador (com formação em Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia), um facilitador. Serviço de Inclusão Produtiva, composto por um assistente social, um instrutor para módulo de assessoria gerencial, e a contratação de outros profissionais, conforme a necessidade. Serviço de Proteção Social Especial para pessoas

com Deficiência, Idosas e suas Famílias, sendo composto por um assistente social, um psicólogo, um profissional de nível superior, para atendimento de até 100 usuários, um cuidador domiciliar e um educador social para cada 15 usuários e um motorista.

No que tange a Tipificação, é necessário que os profissionais envolvidos na Política de Assistência Social busquem conhecimento e entendimento, para que possam executar ações transdisciplinares dentro da proposta desta Resolução e que mesmo não sendo Lei, ela vem complementar o SUAS trazendo um dinamismo aos serviços socioassistenciais.

Os profissionais envolvidos na Política de Assistência Social precisam trabalhar no cotidiano a busca pelo rompimento da cultura do assistencialismo, do atendimento ao necessitado, visto apenas como um pobre coitado.

Precisam trabalhar também no atendimento a real necessidade no que tange a perspectiva de efetivar direitos, bem como romper com a prática de ações fragmentadas, com a visão do sujeito programático e buscar a articulação com as demais Políticas Públicas.

Nesse sentido são necessárias equipes de profissionais capacitados que vão operar o trabalho social destes serviços socioassistenciais.

2.2 A interdisciplinaridade na concretização da política de assistência social

Para garantir a inclusão social dessa população em vulnerabilidade e risco, a Assistência Social exige a presença de outros profissionais, formando-se assim um trabalho interdisciplinar, que nada mais é que um trabalho efetuado com objetivos comuns, onde cada profissional desenvolve sua atividade de forma independente, porém com troca de informações em um trabalho conjunto realizado através de profissionais de diferentes áreas.

Japiassu (1976, p. 82) relata que:

A interdisciplinaridade é algo a ser vivido, enquanto atitude de espírito, essa atitude é feita de curiosidade, de abertura, do senso de aventura e descoberta, e exerce um movimento de conhecimento capaz de intuir relações. É nesse sentido, uma prática individual, mas também é prática coletiva, onde se expressa como atitude de abertura

ao diálogo com outras disciplinas e reconhece a necessidade de aprender com outras áreas do conhecimento.

Interdisciplinaridades são “formas sócio-institucionais de produção de conhecimentos, tributárias de uma história, mediante as quais o conhecimento científico se organiza, se desenvolve, se avalia, se controla e se transmite” (M. A. Mattedi e I. M. Theis, 2002, p. 78).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade tem a finalidade de mediar as divisões e fragmentações dos saberes, de aproximar, as várias especificidades existentes entre os profissionais, trazendo consigo a concepção de uma proposta em relação ao que seria uma atitude profissional.

Fazenda (1994, p. 82) nesse sentido nos traz que:

Uma atitude interdisciplinar é uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo. Atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida.

Por isso, a interdisciplinaridade não é um fim que deva ser alcançado e sim uma estratégia, um meio, uma mediação, um permanente diálogo entre as partes e o todo. Ela se alicerça no entendimento do outro como consciência que tem percepções e visões de mundo compatíveis ou não com as nossas, mas com quem podemos discutir.

Primeiro é preciso observar que os termos multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade são utilizados via de regra como sinônimos, embora por vezes se estabeleça diferença entre ambos.

Segundo Japiassu (1976, p. 82) afirma que:

Tanto o multi quanto o pluridisciplinar realizam apenas um agrupamento, intencional ou não, de certos módulos disciplinares, sem relação entre as disciplinas. Um visa à construção de um sistema disciplinar de apenas um nível e com diversos objetivos, o outro visa à construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos.

As diferenças são muito tênues e, transferindo esse raciocínio para o âmbito de um campo de trabalho, onde atuem profissionais de diferentes ramos do saber, têm-se tanto no multidisciplinar como no pluridisciplinar, apenas uma simples coexistência.

Mas enquanto a ação multidisciplinar e/ou o pluridisciplinar realiza apenas um agrupamento, intencional ou não, a interdisciplinar se caracteriza pela intensidade das trocas entre os profissionais e pelo grau de integração real dos conhecimentos dessas diferentes profissões.

O alcance do nível das relações interdisciplinares supõe a passagem por graus sucessivos de cooperação e de coordenação crescentes, até a obtenção de interações propriamente ditas.

Isto é, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida, possibilitando relação crítica para integração consciente e efetiva entre diversos ramos do saber, conforme ressalta Japiassu (1976).

A interdisciplinaridade exige que cada especialista ultrapasse os seus próprios limites, é uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema de conhecimento.

Como afirma Fazenda (1994) que a interdisciplinaridade ao surgir anunciava a necessidade de construção de um novo paradigma de ciência, de conhecimento, e a elaboração de um novo projeto de educação, de escola e de vida.

A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho.

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissional.

Martinelli (1995, p. 157) considera que:

Para o Serviço Social, a interação com outras áreas é primordial, a interdisciplinaridade enriquece-o, e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria, para abrir-se á interlocução diferenciada com outros.

Portanto, não se pode analisar a interdisciplinaridade desvinculada das políticas públicas e nem se pode pensar em reforçar a perspectiva de que o enfrentamento das desigualdades estruturais pode se dar somente pelos problemas individualizados, lembrando que a intencionalidade do profissional é uma ferramenta propulsora pela busca justamente de capacitação necessária para a realização de um trabalho interdisciplinar.

Nesse sentido é possível construir, através de uma ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social.

Fazenda (1994) pontua que a interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, simplesmente vive-se, exerce-se, e por isto exige uma nova pedagogia, através da comunicação.

O trabalho em equipe não pode negligenciar a responsabilidades individuais e competências, e deve buscar identificar papéis, atribuições, de modo a estabelecer objetivamente quem, dentro da equipe multidisciplinar, encarrega-se de determinadas tarefas.

A interdisciplinaridade, diferentemente da pluri ou multidisciplinaridade, promove a troca de informações e de conhecimentos entre disciplinas mas, fundamentalmente, transfere métodos de uma disciplina para outras.

Corresponde a um espectro mais ampliado de ação, alcançando um processo de interação entre disciplinas capaz de promover a conjugação de conhecimentos que elevem os níveis de saber.

Nessa linha de raciocínio, Rodrigues (2000, p.124-134) afirma que:

A interdisciplinaridade possibilita não só a fecunda interlocução entre as áreas do conhecimento como também constitui uma estratégia importante para que elas não se estreitem nem se

cristalizem no interior de seus respectivos domínios, favorece o alargamento e a flexibilização dos conhecimentos disponibilizando-os em novos horizontes do saber.

É compreendida como método, técnica didática, instrumento de ação, mas principalmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o espaço da diferença com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. Portanto, defendemos que a interdisciplinaridade pressupõe uma organização, uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por um interesse comum.

Nesse ponto de vista, a interdisciplinaridade só vale a pena se for uma maneira eficaz de se atingir metas previamente estabelecidas e compartilhadas pelos profissionais.

Fazenda (1994, p. 82) fortalece essa idéia quando fala das atitudes de um profissional interdisciplinar:

Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, desafio em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, de vida.

Diante da reflexão sobre interdisciplinaridade, é necessário compreender que para a execução de suas ações, os profissionais da Política da Assistência Social precisam estar atentos às capacitações, que busquem a competência necessária para a execução dessas atividades.

Nesse sentido a NOBRH (2006) surge trazendo a finalidade de se estabelecer parâmetros para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, englobando trabalhadores do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

A NOBRH (2006) traz estabelecido que os serviços exigem equipes multiprofissionais para sua execução, além de definir quais são as equipes mínimas necessárias para cada serviço.

Em capítulo específico, a NOB-RH/SUAS apresenta a composição ideal das equipes de profissionais das entidades e das organizações de assistência social que prestam serviços de alta complexidade, destinados a pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência ou para crianças e adolescentes, e dos CRAS e dos CREAS que executam ações no âmbito da proteção social básica e da proteção social especial nos municípios.

Equipes de Referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e de indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS-NOB RH a composição da equipe mínima de referência que executa ações no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS para a prestação de serviços e execução das ações na Proteção Social Básica são: um coordenador com nível superior; um assistente social; um psicólogo; dois técnicos administrativos com nível médio; estagiários de Serviço Social ou Psicologia e instrutores de atividades com nível fundamental.

A composição da equipe mínima que compõe o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no que tange a Proteção Social Especial às equipes são compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, educadores sociais, auxiliares administrativos e estagiários.

2.3 O surgimento da transdisciplinaridade

Quando falamos em interdisciplinaridade, estamos de algum modo nos referindo a uma espécie de interação entre as disciplinas ou áreas do saber, exige que cada especialista ultrapasse os seus próprios limites, criando uma relação de reciprocidade, de mutualidade e

uma articulação voluntária e coordenada das ações disciplinares orientadas por um interesse comum.

Dessa forma, dizemos que na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento.

Já podemos considerar a evolução deste contexto, pois houve um passo a frente sobre a interdisciplinaridade, surgindo nesse sentido a transdisciplinaridade que reside na possibilidade de ultrapassar o domínio das disciplinas formalmente estabelecidas para estabelecer uma ponte entre a ciência, a arte, a religião, a política, etc.

O criador da epistemologia psicogenética Piaget, descreveu um novo termo para contemplar a graduação esboçada pelo universo conceitual da multi/pluri e interdisciplinaridade. Trata-se da transdisciplinaridade uma etapa avançada das relações interdisciplinares.

Esta nova filosofia de vida não se ensina e nem se aprende ela é vivenciada e exercida, por isto exige uma questão vital onde, o que se intenciona não é anular a contribuição de cada ciência, em detrimento de outra.

Portanto sua efetivação consiste na capacidade de transcender as relações internas e externas de duas ou mais disciplinas, ela opera além das disciplinas, e colocam em contato a ciência com as demais manifestações de conhecimento. A transdisciplinaridade, por sua vez, conforme Guattari (1992, p. 23), deve tornar-se: “uma transversalidade entre a ciência, o social, o estético e o político”. A transdisciplinaridade é uma abordagem científica que visa à unidade do conhecimento, desta forma, procura articular uma nova compreensão da realidade articulando elementos que possam buscar a compreensão da complexidade.

Ela não procura o domínio sobre várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas aquilo que as atravessa e as ultrapassa.

Nisto a transdisciplinaridade é mais integradora, pois para haver a transdisciplinaridade é preciso haver um pensamento organizador, chamado pensamento complexo. O verdadeiro problema não é fazer uma adição de conhecimento, é organizar todo o conhecimento.

Conforme Rodrigues (2000, p.124-134), a transdisciplinaridade “consiste, portanto, no exercício crítico em que concorrem pensamentos, ação, experiência, diferença, valores”.

E acrescenta Rodrigues (2000, p.124-134):

A perspectiva transdisciplinar requer a eficácia de uma dialógica, abertura para escutar o que se passa em outras esferas do

conhecimento, mesmo mantendo posição divergente, pois é impossível saber-se tudo, dominar todos os ângulos de uma investigação. Deste modo, a transdisciplinaridade aparece como um movimento de reconhecimento do espírito e da consciência ... uma consciência nova da realidade, contraponto urgente a certos perigos da época.

Não significa apenas que as disciplinas colaboram entre si, mas significa também que existe um pensamento organizador que ultrapassa as próprias disciplinas.

É diferente de interdisciplinaridade, que exemplificando através de uma analogia, é basicamente como as Nações Unidas, que simplesmente une para discutir os problemas particulares de cada região.

Instiga a tomar consciência da gravidade do momento e a colocar em conexão os conhecimentos e as capacidades de pensar para transformar a si mesmo e o mundo em que vivemos, levando a termo uma nova práxis.

Segundo Rodrigues (2000, p.124-134):

Ser histórico e compreender-se historicamente não significa somente o entendimento de uma lógica cuja razão crítica está na base de explicações conjunturais e econômicas, mas sim e também, reconhecer-se transhistórico e responsável por um pensamento de si, do contexto e do complexo.

E como o tempo é hoje muito mais de disjunção, tornam-se mais visíveis nossas dificuldades para alterar uma formação e uma moral determinista e ainda mecanicista, para assumir a acústica dos múltiplos, dos duplos, e começar, por assim dizer, a romper as fronteiras entre unidade e multiplicidade, objetividade e subjetividade, ordem e desordem, etc.

Nesta perspectiva, Rodrigues (2000, p.124-134) nos convoca a pensar sobre o tipo de transdisciplinaridade que precisamos realizar lembrando que:

A transdisciplinaridade surge como possibilidade para o alargamento da compreensão do real, como renascimento do espírito e de uma

nova consciência, de uma nova cultura para enfrentar os perigos e horrores desta época . Instiga a tomar consciência da gravidade do momento e a colocar em conexão os conhecimentos e as capacidades de pensar para transformar a si mesmo e o mundo em que vivemos, levando a termo uma nova práxis.

Desafiador é enfrentar os problemas de nosso tempo sem angústia imobilizadora, conviver com as diferenças, com a insegurança e o incerto, buscando nas relações humanas e cotidianas o constante reaprendizado, e ainda aprender a respeitar os limites e o que se opõe ao nosso modo de ser.

Sugere Rodrigues (2000, p.124-134) que:

A transdisciplinaridade supõe agir sobre os saberes que vimos produzindo, atuando sobre os valores que os mantêm, o modo de praticá-los, questionando as "chamadas" novas competências individuais e coletivas; faz-nos retomar as marcas profundas que a história nos legou, utilizando este aprendizado como experiência essencial na reorientação de novas ações e de uma nova ética. Consiste, portanto, no exercício crítico em que concorrem pensamentos, ação, experiência, diferença, valores.

E acrescenta Rodrigues (2000, p.124-134) que:

Transdisciplinarmente, este nível transpassa os sistemas mais conhecidos, coloca em evidência a dúvida, o incerto, inaugurando trajetos originais, criativos, em que se integram, complexamente, diferentes e contrários aspectos de uma realidade.

Vivemos um período de mudanças extraordinárias quer nos meios de comunicação, quer nos saberes, quer no ritmo cotidiano, e não as dominamos ou não conseguimos acompanhá-las.

Paradoxalmente, e ao mesmo tempo, somos os responsáveis por elas e gestores de todas elas, temos, pois, mudado a ordem das coisas, com o poder do conhecimento e dos meios de que dispomos.

No caso dos profissionais que desenvolvem suas ações na Política de Assistência Social, ter o conhecimento da legislação social é primordial e obrigatória. A atualização do conhecimento dos marcos legais, contudo, é uma necessidade contínua de todos os trabalhadores, como a busca de novas teorias e conceitos sobre essas temáticas, devem ser buscadas conjuntamente pelas equipes do SUAS.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentaremos a Fundação Toledo, onde desenvolvemos a pesquisa e os caminhos metodológicos do estudo.

3.1 Fundação Toledo

A Fundação Toledo - FUNDATO, uma entidade sem fins lucrativos, que compõe o terceiro setor, foi criada em 1966 no âmbito organizacional de natureza privada, e tem o objetivo apoiar projetos e programas sociais, culturais e educacionais, visando à garantia de direitos e a inclusão social, promovendo a cidadania. Foi neste campo de atuação que foi realizada esta pesquisa.

Diniz (2007, p.27) no que se refere a uma Fundação, cita que:

É uma entidade cuja natureza não consiste na coletividade de seus membros, mas na disposição de certos bens para atingir uma determinada finalidade. Não se confunde com a pessoa de seus instituidores, nem com a de seus administradores. Nela ressalta-se o papel primacial do patrimônio. É, portanto, um acervo de bens livres, dotado de personalidade jurídica, que recebe da lei, com o registro, a

capacidade jurídica para realizar os objetivos pretendidos pelos seus instituidores, em atenção ao seu estatuto.

Vale ressaltar que as organizações do terceiro setor, podem complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar.

Wainwright (1998, p. 26) ao relatar sobre o terceiro setor, afirma que:

A importância deste setor tem despertado também a indignação daqueles que vêem este tipo de agente social como uma provocação ao desequilíbrio do sistema, na medida em que agentes do terceiro setor tem apontado as mazelas à sociedade contemporânea por meio de uma "dimensão" que os diferencia dos demais. Essa dimensão diz respeito à maneira como esses movimentos descobriram uma nova compreensão do conhecimento. (...).

Betinho (internet) definia as organizações não-governamentais da seguinte forma:

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia –liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.

Drucker (2002, p. 33) ressalta que: “As instituições sem fins lucrativos existem para fazer uma diferença na sociedade e na vida dos indivíduos”.

Para que sejam realizadas ações que proporcione essas diferenças, perante as demandas existentes, a Fundação Toledo é mantenedora de quatro institutos conhecidos como: CITE - Centro de Interação Social; NAF Real - Núcleo de Apoio Sócio Familiar; NAF Jaraguá – Núcleo de Apoio Sócio Familiar e o CIAVI - Centro Integrado de Atenção a Vítimas de Violência.

Para administrar o leque de ações sociais, culturais e educacionais, a Fundação Toledo conta com uma equipe multidisciplinar preocupada e comprometida em trabalhar com as questões sociais existentes. Por isso os projetos de sua responsabilidade apresentam grande transparência em suas ações, reconhecimento da sociedade civil, prestação de serviços de qualidade, além de desenvolverem programas com os mais diferenciados segmentos (criança, adolescente, idoso, família, pessoa portadora de necessidades especiais).

Esses projetos foram denominados como institutos que passaram a ser gerenciado por profissionais direcionados a cada segmento atendendo às necessidades dos usuários e desenvolvendo práticas voltadas às áreas: cultural, social, esportiva, lazer, psicológica, educacional, profissional e outras.

Na contemporaneidade, vivenciamos as fragilidades que o mundo moderno, em seu crescimento desenfreado nos oportuniza, onde a riqueza de poucos se sobrepõe em detrimento à pobreza de milhares, além do esfriamento das relações, propiciada pelo neoliberalismo, que motiva a correria, ausência de tempo, resultando na fragilização dos vínculos familiares que tem sido permeada pela indiferença em suas relações preconizando a violência doméstica.

Seria ótimo que o Estado apresentasse uma postura homogênea para todos os segmentos, mas no momento esse é um pensamento utópico conforme ressalta

Bugalho (2001, p. 10):

Missão primeira dos governantes é implementar um plano que viabilize um consistente crescimento econômico e garantir, ao mesmo tempo, um crescente índice de desenvolvimento humano, promovendo a erradicação da pobreza e do analfabetismo, dispensando a necessária atenção à saúde pública, garantindo o lazer e a segurança, impedindo a degradação do ambiente e eliminando ainda outros fatores que de forma direta ou indireta comprometam ou possam comprometer a conquista do almejado desenvolvimento sócioeconômico.

Dentro desse contexto de desigualdades e violências a Fundação Toledo, através de seus Institutos, desenvolve serviços que atuam desde a proteção social básica, com o foco na

prevenção, até a proteção social especial que atua na acolhida dos casos de violação de direitos e dignidade humana.

O gestor da Fundação Toledo acompanha e desenvolve ações pautadas na estrutura funcional, operacional e financeira, no gerenciamento dos institutos, nos serviços prestados e no desenvolvimento do potencial humano da equipe, sempre trabalhando as relações sociais, e contribuindo para qualidade de vida, com atividades motivacionais, que favorecem a melhoria na prestação de serviços a demanda, além da efetivação dos direitos da demanda interna, através de benefícios, atividades de encontros que oferecem lazer e capacitação.

Rico (1999, p. 40) ao conceituar sobre o papel de um gestor social, ressalta que:

O papel do gestor social é um universo em construção, pois os obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistemática os atores estatais, empresariais e comunitários.

A Fundação Toledo traz em sua finalidade a prestação de serviços sócios assistenciais gratuitos, visando à inclusão da população carente de Bauru, desenvolvendo a compreensão dos direitos e deveres do cidadão, família, Estado e grupos que compõem a sociedade.

Ávila (2001, p. 101) ressalta como os gestores devem ser e como devem agir, diante desta realidade:

Em suma, os gestores devem ser sensíveis, pragmáticos e responsáveis e ter visão clara, inteligência, determinação e coragem. O gestor é o grande facilitador e mediador da gestão, de sua atuação dependerá, em grande parte, o êxito de um programa ou projeto.

Assim como é de sua competência promover a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores, no desenvolver do homem ou a sua personalidade humana na participação do bem comum para a vida social e prepará-lo enquanto indivíduo para melhor compreensão do ambiente natural e social, do sistema político e dos valores da sociedade, incentivando o respeito, a igualdade entre homens, aos princípios de liberdade e aos ideais da sociedade humana.

Os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais na Fundação Toledo são pautados nos princípios do Código de Ética, tendo em vista sempre à emancipação dos usuários atendidos nos serviços dos institutos assim como o respeito a liberdade dos sujeitos enquanto usuários e também de seus colaboradores, além de preconizar a equidade entre as equipes que monitoram e trabalham nos institutos. A Fundação Toledo, dentro de suas responsabilidades, desenvolve junto a sua equipe um trabalho transdisciplinar, onde busca preconizar o indivíduo na sua totalidade, buscando a sua efetivação como cidadão pleno de seus direitos e deveres.

3.2 Metodologia da Pesquisa

Este estudo discorre sobre a temática do trabalho transdisciplinar dos Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social, desenvolvido nos institutos da Fundação Toledo.

Teve como objetivo proporcionar a reflexão sobre quais desafios os profissionais encontram no desenvolvimento de suas ações, na construção da assistência como uma política no campo do direito à proteção social; levantar quais profissionais têm efetivamente compartilhado a operação dos programas e serviços socioassistenciais; distinguir a visão dos Assistentes Sociais e demais profissionais sobre a assistência social e o papel da equipe transdisciplinar na Política de Assistência; desvelar qual o perfil profissional necessário para o trabalho transdisciplinar na visão destes profissionais e identificar as dificuldades encontradas por eles no exercício da transdisciplinaridade.

Nesse sentido, a pesquisa propicia hoje a importância de desvendar esse amplo contexto que reside os caminhos metodológicos.

Além de descobrir o verdadeiro sentido de se realizar e desenvolver um problema de pesquisa, este deve privilegiar o desvelamento de nossas angústias e inquietações, dando ao mesmo um significado pessoal e conseqüentemente profissional.

Para Dmitruk e Gallon (2008, p. 120) a pesquisa é:

Uma busca sistemática de investigação que, se constitui em uma indagação racional, minuciosa e criteriosa à procura de respostas para solucionar problemas no âmbito da ciência, devendo ser

amplamente desenvolvidas pelas mais diferentes áreas do conhecimento humano.

De acordo com Minayo (2001 p. 16) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador.

Sendo assim, o estudo iniciou-se com a elaboração do anteprojeto, seguiu-se com a elaboração de uma hemeroteca e fichamento bibliográfico, que possibilitou a construção da fundamentação teórica desta pesquisa.

Gil (2008, p. 44) sobre a pesquisa bibliográfica relata que: “Este tipo de pesquisa procura explicar um problema por meio de teorias já existentes, pois o pesquisador interage no processo, como sujeito com o propósito de solucionar problemas”.

Através da pesquisa bibliográfica se fez um estudo de livros e artigos científicos relacionados ao tema proposto, proporcionando à investigadora maior aprofundamento no assunto e contribuindo para a elaboração do instrumental, de coleta de dados e análise dos mesmos.

Segundo Demo (1993, p. 128):

A pesquisa é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminado com a elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude de “aprender a aprender”, e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório.

Demo (1993) considera que a pesquisa científica é extremamente relevante, pois é através dela que podemos adquirir conhecimento necessário diante de uma determinada realidade.

Deslandes (1994, p.35), a respeito da importância da pesquisa científica aponta que:

Pesquisa científica ultrapassa o senso comum (que por si só é uma reconstrução da realidade) através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico.

Este estudo fez uso da abordagem qualitativa, que trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos.

Minayo (2001, p.21-22) ressalta que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A abordagem qualitativa foi empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna, contemplando os dados objetivos e subjetivos dos sujeitos, em relação à temática.

A escolha da pesquisa qualitativa foi considerada a mais apropriada para o tema proposto em virtude de se dedicar à análise e oportunizar a pesquisadora condições de participar, compreender e interpretar a realidade vivenciada, possibilitando maior coerência entre as partes envolvidas neste estudo, em relação à obtenção das informações que interessavam à investigação.

A maneira de interação que pesquisadora tem com os sujeitos da pesquisa se torna essencial, pois é nessa fase que se estabelecem relação de intersubjetividade, das quais resulta o confronto da realidade concreta com os pressupostos teóricos da pesquisa.

No caminho metodológico percorrido foi escolhido realizar uma pesquisa de caráter exploratória, caracterizada pela sua aproximação empírica ao fenômeno estudado.

De acordo com Trivinões (1987,p.109):

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua e experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental. Outras vezes, deseja delimitar ou manejar com maior segurança uma teoria cujo enunciado resulta demasiado amplo para os objetivos da pesquisa que tem em mente realizar. Um estudo exploratório, por outro lado, pode servir para levantar possíveis problemas de pesquisa.

O universo da pesquisa foi constituído pelas Assistentes Sociais e Psicólogas que desenvolvem suas atividades na Política da Assistência Social, nos institutos da Fundação Toledo no período de maio a julho de 2010, foram entrevistadas dezoito profissionais, sendo doze Assistentes Sociais e seis Psicólogas, da Fundação Toledo, tornando-se assim uma pesquisa censitária.

O objeto de estudo nesta pesquisa foi o processo da transdisciplinaridade do Serviço Social na área da Política de Assistência Social.

Brandão (2002, p.33) diz que no processo de construção do objeto de estudo é importante "respeitar as necessidades e os estilos de cada um e, por outro, a perceber os meus próprios limites enquanto pesquisador".

A hipótese partiu do pressuposto, (face a realização de um trabalho transdisciplinar face às demandas hoje existentes), que os profissionais na área da Política da Assistência Social procuram construir em conjunto com novos atores, uma política pública que consolide o direito à proteção social da população, entendendo que a diversidade e multiplicidade de olhares possibilitam maior riqueza e profundidade no cumprimento do propósito maior dessa política.

As hipóteses, segundo Gaya et al (2008, p. 65), “representam proposições que expressam na perspectiva de verificar a viabilidade das respostas sugeridas para um problema”.

Inicialmente o pré-teste foi aplicado com três profissionais, escolhidos através de sorteio, sendo duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga.

Como instrumental de coleta de dados, utilizou-se a observação sistemática pois é através dela que observamos o cotidiano, e nos possibilita a formulação dos problemas e indagações a serem pesquisadas, no caso desta pesquisa ela foi utilizada juntamente com a entrevista semiestruturada, sendo necessário à utilização do gravador, por meio de captar através da observação, as opiniões, percepções, de forma a garantir maior fidedignidade ao trabalho, o que foi aceito pelos sujeitos, sendo usado somente no pré-teste, e, posteriormente, transcritas. Para Minayo (1994, p.57-58) em relação à entrevista semi-estruturada afirma que:

É através desse procedimento, que podemos obter dados objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos, estatísticos e outras formas de registros. Em contrapartida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

A entrevista é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de um roteiro elaborado diante de um tema central, que norteia o seu desenvolvimento, proporcionando assim o alcance de objetivos propostos pela entrevista. (Haguet, 1995).

A entrevista foi utilizada para complementar os dados obtidos através da observação sistemática, utilizando-se o formulário, com perguntas abertas e fechadas, onde os sujeitos pesquisados tiveram a oportunidade de explanarem a respeito do assunto proposto pela pesquisa.

Triviños (1987, p. 146) acrescenta:

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno

social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

A princípio a coleta de dados seria realizada através de entrevistas orientadas por formulário, que possibilita estar frente a frente com o sujeito pesquisado, mas pela impossibilidade da pesquisadora realizar esta pesquisa dentro do prazo estipulado, o instrumental foi transformado em questionário.

Algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do pesquisador para que o informante responda as questões. Além disso, o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa. Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato.

As questões foram encaminhadas aos sujeitos da pesquisa, por e-mail, esclarecendo que esta pesquisa é para o Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora, seguida de uma breve explanação sobre a temática a ser abordada, sendo descartando assim a utilização do gravador.

Hoz (1985, p. 58) considera que o questionário: “É um instrumento para recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se consideram relevantes de acordo com as características e dimensão do que se deseja observar.”

Nesta pesquisa o questionário contemplou 06 perguntas ao todo, sendo 05 fechadas com justificativas e 01 aberta.

Após aplicação do pré-teste verificou-se a necessidade de uma pequena reformulação em uma das questões, para melhor alcance dos objetivos traçados da pesquisa, já que os sujeitos consideraram a questão um pouco confusa, dificultando assim sua interpretação.

Ressalta-se que não foram encontradas grandes dificuldades para a aplicação da pesquisa, uma vez que a mesma foi bem aceita pelos sujeitos pesquisados. Houve apenas a necessidade de alteração de formulário por questionário por dificuldades das agendas entre as partes envolvidas.

Após a coleta os dados foram tratados e ocorreu a realização da análise interpretativa dos dados, correlacionando-os com a teoria pesquisada e com os objetivos propostos nesta pesquisa, sendo organizados três eixos de análise:

1º Eixo: Visão destes profissionais sobre o papel da equipe transdisciplinar nesta política.

2º Eixo: Perfil profissional necessário para o trabalho transdisciplinar na Política de Assistência.

3º Eixo: Dificuldades encontradas pelos Assistentes Sociais e demais profissionais no exercício da transdisciplinaridade, na Política de Assistência Social.

Em relação ao primeiro objetivo, foi alterado o objetivo proposto inicialmente pois percebeu-se que seria mais interessante para a pesquisa levantar a visão dos profissionais sobre o papel da equipe transdisciplinar na Política de Assistência Social. No restante das questões pôde-se destacar que as respostas foram pertinentes aos objetivos e foram extremamente ricas, possibilitando assim que a pesquisadora pudesse dar continuidade na pesquisa.

Para que a apresentação dos dados não identificasse os profissionais, eles foram identificados como Sujeito 01, Sujeito 02 até Sujeito 18, sendo classificadas como A.S. para Assistentes Sociais ou PSI para Psicólogas, conforme os relatos foram apresentados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Visão dos profissionais da Política de Assistência Social sobre o papel de uma equipe transdisciplinar na operação dos programas e serviços socioassistenciais.

Para analisarmos como os instrumentos de regulação da Política de Assistência Social se desenvolvem em relação à execução dos serviços socioassistenciais, de forma a propiciar a efetivação dos direitos sociais, vimos que a proposta ideal é que as equipes trabalhem sob uma abordagem interdisciplinar. Quando falamos em interdisciplinaridade, estamos nos referindo a uma interação entre as disciplinas ou áreas do saber, onde há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento, ela se refere à integração das disciplinas, que norteiam e orientam as ações interdisciplinares.

Mas neste estudo a proposta para reflexão, além da interdisciplinaridade se faz presente a transdisciplinaridade na Política de Assistência Social, onde todo o eu conceito é

disposto aos profissionais como descrição para a articulação de novas compreensões da realidade entre e para além das disciplinas especializadas tradicionais.

Ou seja, trata-se de uma abordagem que passeia por, além e através dos campos disciplinares, em busca do entendimento das complexas teias epistemológicas e práticas que perpassam os fenômenos humanos e do mundo circundante, além de propiciar aos profissionais a análise deste tema e identificar como os obstáculos existentes afetam a execução dos serviços sociassistenciais.

Podemos visualizar junto à equipe técnica da Fundação Toledo, que foram sujeitos desta pesquisa, que mesmo diante de todos os obstáculos diários a interdisciplinaridade bem como a transdisciplinaridade são identificadas.

Porém ao serem indagados sobre o papel do profissional transdisciplinar, que através de sua interação cria novas estratégias de enfrentamento das demandas hoje existentes, buscando de maneira mais profunda a efetivação dos direitos e deveres de todos os cidadãos, de acordo com o relato abaixo, podemos compreender a visão do profissional, sobre este contexto:

Eu acho que a abordagem transdisciplinar é muito profunda e muito difícil de ser conseguida até porque ela depende da afinidade dos profissionais, dos valores que eles carregam. Mas eu consigo visualizar isso dentro da Fundação Toledo, e já consegui em algumas vezes desenvolver esse tipo de trabalho e acredito que ele é um além do que a gente consegue fazer hoje no dia a dia, é uma revolução.

(Sujeito 01 A.S.)

De certa maneira, acredito que estamos no caminho. Afinal o trabalho realizado requer o diálogo de diferentes campos de saber sem impor o domínio de uns sobre os outros. E sim aprender a respeitar os limites de cada profissional de uma forma humanizada para se atingir o mesmo foco. (Sujeito 05 A.S.)

Verifica-se na fala acima que os sujeitos da pesquisa têm o entendimento sobre a transdisciplinaridade, além de colocarem sobre a sua importância no desenvolver de suas ações.

Porém verificamos que em outros casos, os sujeitos entendem a importância de um trabalho transdisciplinar, mas ainda não têm o domínio total sobre esta temática no que diz respeito à sua execução no cotidiano, acreditam que ainda estão na busca efetiva da transdisciplinaridade, conforme podemos constatar nos relatos a seguir:

A transdisciplinariedade ainda vem sendo construída, à medida que toda a equipe esteja preparada e articulada para estabelecer um diálogo frente a sua área de atuação, sem impor o domínio sobre os outros, mas sim promover a integração, humanização e a partilha de informações construída a cada dia, acredito que estamos no caminho.

(Sujeito 07 PSI.)

Embora algumas vezes durante a execução do trabalho não consigamos enxergar a trans de maneira plena, do meu ponto de vista, compreendo que a Fundação Toledo valoriza a trans na construção de projetos que busquem a valorização do ser humano em todos os seus aspectos de vulnerabilidade. (Sujeito 10 PSI.)

Analisando os relatos acima, podemos comprovar que a transdisciplinaridade é identificada muitas vezes no campo de trabalho, pela equipe que busca essa capacitação diante das demandas emergentes, mas também podemos afirmar que há uma controvérsia neste sentido, onde o sujeito só consegue identificar a trans no trabalho desenvolvido pelo campo de atuação, sem mencionar que o que realmente é válido é o trabalho em equipe, cada um com sua visão de homem e de mundo o que possibilita enfim essa transdisciplinaridade.

A explicação a seguir deixa isto bem claro:

Acredito que a Fundação Toledo tem uma visão de trabalho transdisciplinar no que diz respeito a sua gestão e coordenação,

buscando sempre que seus supervisores, técnicos e equipes de apoio trabalham neste sentido. Sendo assim, dentro dos Institutos acredito que nunca tive dificuldades em trabalhar desta forma, pois temos este objetivo como missão de trabalho, buscando como o próprio nome diz transcender o trabalho junto à população atendida esgotando as possibilidades e áreas que sejam necessárias para a efetivação de seus direitos e necessidades.

Porém dependendo do contexto, a rede ainda precisa ser melhorada e estimulada, mas creio ser este um problema mais relacionado à visão particular de cada profissional que a compõe.

(Sujeito 14 PSI.)

Em alguns casos, verificamos que a transdisciplinaridade ainda é um tema novo para os profissionais, constatamos que eles identificam sua importância na Política de Assistência, desenvolvida nos Institutos da Fundação Toledo.

Mas sentem insegurança ao discorrer sobre o assunto, principalmente por concordarem que a busca pela transdisciplinaridade vem de encontro com a visão de homem e de mundo que cada profissional traz na sua essência, e que talvez seja essa a grande dificuldade de seu desenvolvimento, como nos mostra os relatos a seguir:

A transdisciplinariedade vai além do conhecimento. Em alguns momentos se torna algo de difícil entendimento diante da sua complexidade. Enquanto profissional é possível sim ter essa visualização, porém em alguns momentos nos deparamos com as dificuldades, e também com outras visões.

(Sujeito 12 A.S.)

Embora tenha um esforço para que isso aconteça enquanto instituto muitas vezes, isso não é possível, pois a profissionais que não tem a mesma visão. (Sujeito 15 A.S.)

As equipes transdisciplinares devem levar em conta a formação, a experiência profissional e os conhecimentos formais e informais dos profissionais que as compõem.

Esses profissionais podem interagir para o desenvolvimento de processos educativos de pessoas de várias idades e com diversas experiências sociais. Aliás, nada obsta que eles busquem uma interseção de conhecimentos de suas especialidades, com o intuito de executar uma ação de forma mais abrangente.

Os profissionais dessa pesquisa têm a compreensão que a condição preliminar para levar avante um trabalho transdisciplinar efetivo em programas, projetos e serviços socioassistenciais, consiste na clareza quanto às atribuições e expectativas concernentes a cada especialidade.

E que uma vez esclarecidas as atribuições dos diferentes profissionais, a idéia prevalente é a de que estes sejam capazes de mostrar competência suficiente para que suas práticas se tornem realmente eficazes.

Ainda estamos longe de dizer que é um processo fácil, pois os obstáculos dos profissionais referentes ao posicionamento de outras especialidades ainda afetam o bom andamento de um trabalho, principalmente quando se trata de uma equipe transdisciplinar, podemos evidenciar isto conforme o relato abaixo:

No meu caso, busco criar estratégias de enfrentamento as novas demandas postas pelo Serviço Social, mas trabalhar a complexidade não é algo fácil quando temos profissionais que ainda vivem no contexto financeiro ou na acomodação. Para mim é um constante desafio aprofundar na prática profissional a efetivação dos direitos dos cidadãos.

(Sujeito 17 A.S.)

4.2 Perfil profissional necessário para o trabalho transdisciplinar

Hoje, os profissionais, independentemente das áreas onde atuam, desenvolvem suas competências visando a todo o momento a plena capacitação profissional, num mundo altamente competitivo e qualificado, onde todos devemos estar preparados para prestarmos serviços com qualidade, eficiência e eficácia.

O profissional precisa possuir algumas características básicas: ser pró-ativo, ser generalista, ser flexível, estar propenso a mudanças, o que era bom ontem, hoje já não é tão bom e amanhã, com toda certeza, se tornará ultrapassado.

Podemos fazer a reflexão voltada para a Política de Assistência Social, onde além de tudo o que já foi dito acima, os profissionais envolvidos nesta política se destacam por exercerem suas ações com ética, respeito e comprometimento junto ao seu campo de trabalho, e sobretudo junto aos usuários na busca de propiciar a emancipação dos mesmos.

É ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem executadas.

Neste sentido, Iamamoto (2007, p. 145), destaca:

A afirmação de um perfil profissional propositivo requer um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente. Capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo, em que “tudo que é sólido, desmancha-se no ar”. Profissional que, também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural, e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais, para deles extrair potenciais, propostas de trabalhos, ali presentes como possibilidades, transformando-as em alternativas profissionais.

Diante disto, os profissionais que desenvolvem suas atividades nos institutos da Fundação Toledo, explanam neste estudo o que acreditam ser de suma importância para o perfil profissional compatível com cada campo de atuação, conforme alguns relatos abaixo:

Tem que ser alguém que saiba ouvir e respeitar o outro e que consiga colocar a sua opinião, para que isto aconteça, tem que ser dedicado, estudar muito, em especial no trabalho transdisciplinar. É ter o feeling de perceber o outro profissional, coisa que às vezes ele não percebe e conseguir ter essa troca, essa abertura de falar onde se erra onde se acerta, principalmente nos trabalhos em conjunto para conseguir atingir os objetivos de efetivação de direitos dos usuários.

(Sujeito 01 A.S.)

Observador, ético, respeitar as diferenças de cada disciplina, articulador, de boa argumentação, conhecer todas as áreas envolvidas de sua entidade, visão global das demandas postas, estar atento às novas idéias, estudioso e dedicado.

(Sujeito 17 A.S.)

Conforme os depoimentos acima, podemos verificar que os profissionais em suas reflexões citaram em comum o que acreditam ser fundamental para um perfil profissional necessário para desenvolver o trabalho transdisciplinar.

Explanaram sobre a importância desse profissional estar atento as novas idéias, ser dedicado e sobretudo ser um profissional estudioso, que busca a capacitação profissional sempre.

Porém podemos verificar que alguns profissionais ao refletirem sobre qual seria o perfil adequado, constata-se que a busca pela capacitação como consta nos depoimentos anteriores não são evidenciados, como nos mostra o relato abaixo:

O profissional deve ser receptivo, seguro, confiante, ou seja, deve gostar da profissão, pois assim pensará no usuário do serviço e não na evidência de seu trabalho.

(Sujeito 18 PSI)

Os profissionais na sua maioria, afirmaram também que a ética profissional é fundamental no que se refere à postura ou conduta do indivíduo, compreendida através do modo como se relaciona consigo mesmo e frente aos outros abrangendo suas diferentes ações, pensamentos e sentimentos.

Sendo um dos fatores primordiais do que consideram ser perfil ideal para desenvolvimento de um trabalho transdisciplinar, pois ressaltam que para ser um sujeito ou um profissional ético é necessário que se questionem sobre a vida, de entender o que somos, para assim conseguir entender o outro.

A ética existe para apontar rumos, descortinar horizontes, para a realização do próprio homem, ela estabelece um dever, uma obrigação, um compromisso, determina os valores fundamentais do comportamento humano, conforme relato abaixo:

Deve ser um profissional atualizado, ético e crítico, disposto a refletir diante da complexidade de algumas situações/casos, visando constituir estratégias para o atendimento com os demais profissionais envolvidos.

(Sujeito 04 A.S.)

Trabalhar o processo de atuação transdisciplinar em programas, projetos e serviços socioassistenciais, não é tarefa fácil, porque exige uma cultura positiva voltada à geração e socialização de dados, informações e conhecimentos dos profissionais envolvidos.

Complexidade é a palavra que define bem o processo de atuação transdisciplinar, o cenário ideal aponta equipes transdisciplinares que atuem de forma coordenada e articulada, buscando a intervenção colaborativa e participativa, comumente pautada por princípios democráticos e saberes diversificados.

As equipes transdisciplinares devem levar em conta a formação, a experiência profissional e os conhecimentos formais e informais dos profissionais que as compõem.

As habilidades e competências individuais são extremamente relevantes para a formação dessas equipes, na verdade, elas devem ser complementares, a fim de possibilitar integrações reais, agregadas de percepções e saberes, conforme são perceptíveis diante os relatos abaixo:

O profissional deve ter o domínio da sua área de atuação e conhecimento da área do outro, a fim de estabelecer estratégias de atuação, podendo compartilhar idéias e estratégias no atendimento, garantindo a melhor qualidade no atendimento. O diálogo é uma ferramenta importantíssima, para tanto é de suma importância que saibamos retratar a realidade vivenciada, onde todos são responsáveis pelo trabalho, possibilitando total corresponsabilidade de todos. Tem que amadurecer seu lado pessoal e profissional, aceitar as críticas e valorizar a opinião do outro, respeitando a individualidade de cada um.

(Sujeito 07 PSI)

O profissional que trabalha em equipe multiprofissional deve estar disposto a compreender a visão das outras formações respeitando as diferenças, compreendendo que as diferentes visões se complementam e não competem entre si. Além disto, é válido tanto para garantir o trabalho trans como para qualquer outro em equipe que o profissional busque estar disponível para o diálogo, seja colaborativo com a equipe, respondendo de maneira pró-ativa diante de conflitos e respeitar a hierarquia da instituição de maneira construtiva, porém não submissa. (Sujeito 10 PSI)

De acordo com os depoimentos acima, os profissionais reconhecem que o perfil profissional exige o atendimento aos usuários da Política da Assistência Social de forma comprometida, ética e, sobretudo sabendo respeitar os diferentes profissionais envolvidos em cada ação.

Em virtude dessa realidade, os profissionais evidenciam que o perfil necessário traz a busca de formas de atendimento mais eficazes e efetivas, buscando a capacitação dentro de sua especificidade bem como tomar parte do conhecimento do outro.

Desta forma os profissionais acreditam na real efetivação dos direitos sociais que abrangem os usuários, a fim de oferecer respostas profissionais às demandas oriundas dos processos sociais, próprios da dinâmica da sociedade brasileira.

4.3 Dificuldades dos profissionais no exercício da transdisciplinaridade

Na busca pela capacitação, o profissional que atua na Política de Assistência Social começa sua revolução a partir do momento em que na execução de suas ações e nos serviços prestados se destacava a multidisciplinaridade, onde o envolvimento das diferentes áreas do conhecimento que ali atuam se restringe à troca de algumas informações sobre os usuários em questão.

No entanto, alguns profissionais alegam que a interdisciplinaridade vem como um objetivo ainda a ser alcançado, no desenvolver de suas ações.

Nos serviços descritos como interdisciplinares, percebemos que as ações ora situam-se no campo da disciplinaridade, onde a idéia de decompor a realidade em partes menores,

surgiu baseada numa visão de modo a serem estudadas mais facilmente, isoladamente, onde possam ser reunidas posteriormente.

Essa visão levou à criação de muitas disciplinas, superespecializadas, que enfatizavam a fragmentação da realidade como estratégia para melhorar sua compreensão, o que foi muito bom para a capacitação dos profissionais.

Em outros momentos vivenciamos ações em uma abordagem interdisciplinar, onde, há uma intensa interação e uma troca de saberes entre as áreas envolvidas no atendimento, proporcionando dessa forma maior compreensão dos profissionais envolvidos, aumentando dessa forma a capacitação pela busca da efetivação dos direitos sociais.

Ao desenvolver ações em um trabalho em equipe, se constatamos que a dificuldade em interagir com o conhecimento do outro se dá em virtude da postura profissional que cada um traz na sua essência, na sua visão de homem e de mundo. É necessário que esta postura seja revista pois cada profissional tem que ter bem claro a sua especificidade, para que possa enfim realizar um trabalho interdisciplinar.

Podemos assim dizer que a resistência de alguns profissionais seja em função da insegurança que a interdisciplinaridade traz, isso pode ocorrer em razão de a interdisciplinaridade ser um desafio que coloca aos profissionais algum receio em relação ao avanço das fronteiras de cada profissão, e/ou a compartilharem, com profissionais de outras áreas o conhecimento acumulado ao longo dos anos.

Ressaltamos que a disciplinaridade e a interdisciplinaridade e mesmo a transdisciplinaridade que abordaremos a seguir, têm papel fundamental, todos são necessários para uma visão de integralidade do usuário.

Rodrigues (1995, pg.156) no que se refere à especificidade relata que:

A socialização do saber não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática.

Desse modo, compreendemos que os profissionais na busca desta socialização, mesmo sabendo que a abordagem interdisciplinar e transdisciplinar é uma dificuldade encontrada, estão desenvolvendo ações no caminho da transdisciplinaridade, fato estes que pode ser observado nos relatos abaixo:

Diante das Políticas Públicas existentes, ainda é possível que alguns profissionais desenvolvam seu trabalho de maneira fechada, com um pensamento totalmente egoísta, onde somente o seu saber prevalece e é válido na busca da efetivação de direitos. Mas dentro da equipe onde atuo isto felizmente não acontece.

(Sujeito 03 PSI)

Existe uma busca constante pela interdisciplinaridade tanto no Instituto como na Fundação Toledo, porém para a efetivação da mesma, de forma eficaz é necessária a efetivação do trabalho em rede na totalidade e em alguns momentos a própria rede socioassistencial se torna fragmentada frente às necessidades apresentadas.

(Sujeito 12 A.S.)

Porém evidenciamos que mesmo havendo ainda dificuldades no desenvolvimento no exercício transdisciplinar, os profissionais na busca constante de conhecimento, tendo uma reflexão crítica, consegue ter a consciência da importância de um trabalho transdisciplinar e principalmente como seu desenvolvimento em equipe proporciona maior integralidade dos usuários, na busca de seus direitos sociais, fato este que fica evidenciado conforme o depoimento abaixo:

No meu campo, no meu espaço de trabalho, vejo claramente o trabalho interdisciplinar presente e a construção de novos conhecimentos os quais nos permite criar e recriar novas estratégias de ação. A cada período de tempo refletimos enquanto grupo, a fim de buscar novas soluções e ações para o enfrentamento da demanda, uma vez que esta não é estática e traz para dentro do campo

inquietações que sugerem mudanças no modo de proceder e intervir pessoal e coletivamente. (Sujeito 13 A.S.)

Em outro momento da pesquisa podemos constatar que além dos profissionais terem a percepção da importância de um trabalho transdisciplinar mesmo diante das dificuldades, eles também visualizam conforme os relatos abaixo, o comprometimento da Fundação Toledo quanto o seu papel de gestora:

Dentro da “pequena” rede formada entre os Institutos da Fundação Toledo, hoje vivenciamos um trabalho em que se vivencia sua execução de forma que se considera a relevância de cada área envolvida, e indo além, reconhece a importância de outras que infelizmente ainda não temos a possibilidade de termos em nosso quadro profissional. Posso ressaltar que esta visão hoje fica mais evidenciada na estrutura organizada pela Fundato através do acompanhamento de perto de seus institutos através de seus supervisores e das reuniões sistemáticas promovidas juntamente com a coordenação.

(Sujeito 14 PSI)

Acredito que na Fundação Toledo, já avançamos muito no trabalho interdisciplinar, não percebo mais a prática fragmentada e sim coletiva, socializadora, reflexiva, informativa e fundamentada na interação entre mais disciplinas.

(Sujeito 17 A.S.)

Também foi possível, diante de todo o material exposto, evidenciar que há dificuldade de profissionais em identificar o desenvolvimento de um trabalho transdisciplinar no que tange os institutos da Fundação Toledo como um todo, somente ficando evidenciado a trans no instituto de atuação, conforme o relato abaixo:

Dentro dos institutos em que desenvolvo o meu trabalho eu consigo visualizar a trans, no entanto em relação aos outros institutos pouca

informação é trocada, muitas vezes noto que alguns profissionais desconhecem completamente o trabalho desenvolvido fora do instituto em que trabalham. Compreendo que muitos esforços foram feitos pela coordenação da Fundação Toledo em mudar essa perspectiva, porém ainda há muito que melhorar.

(Sujeito 10 PSI)

Dessa forma, diante aos relatos acima, podemos afirmar que os profissionais ao falarem sobre a transdisciplinaridade, conseguem visualizar a sua importância em cada área de atuação.

Mas o que os profissionais precisam entender é que a abordagem transdisciplinar, será no desenvolvimento de suas ações os complementos indispensáveis, capazes de adaptar-se às exigências mutáveis da vida profissional, e dotado de uma grande flexibilidade.

Enquanto que a atitude transdisciplinar busca a compreensão da complexidade do nosso universo, da complexidade das relações entre sujeitos, dos sujeitos consigo mesmos e com os objetos que os circundam, a fim de recuperar os sentidos da relação do ser humano com a realidade.

Conforme traz a Carta da Transdisciplinaridade (UNESCO, 1994, Artigo 13):

A ética transdisciplinar recusa toda e qualquer atitude que rejeite o diálogo e a discussão, qualquer que seja a sua origem - de ordens ideológicas, científicas, religiosas, econômica, política, filosófica. O saber compartilhado deveria levar a uma compreensão compartilhada, fundamentada no respeito absoluto das alteridades unidas pela vida comum numa só e mesma Terra.

Nessa linha de raciocínio, podemos afirmar que a ação transdisciplinar propõe a articulação da formação do ser humano na sua relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Podemos constatar, de acordo com as declarações abaixo que os profissionais buscam uma mediação dos conflitos que emergem no contexto local e global, desenvolvendo a compartimentalização, visando a capacitação que possam contribuir para os desenvolvimentos de suas ações junto à população:

Cada dia nos deparamos com novas demandas, que exige dos profissionais exatamente isso, cooperação a fim de promover avanços com a produção de novos conhecimentos, para enfrentamento dessas demandas emergentes.

(Sujeito 04 A.S.)

*O entendimento compartimentalizado do indivíduo se faz necessário para a compreensão do todo posteriormente, sendo assim esta visão inicial, favorecerá uma a compreensão ampla e assim diante do contexto que ele está inserido agir na sua totalidade. A visão de singularidade nos remete a entender o indivíduo dentro de suas necessidades básicas, interagindo dentro da sociedade, na qual está envolvido em diversos fatores e ou áreas que precisam ser avaliadas tais como físico, social, psíquico, intelectual e espiritual e que assim , cada área analisada vai ter uma visão e ainda dialogar com propriedade com outras áreas afins para então , num futuro próximo interagir nestas áreas de forma a articular ações humanizadoras e totalizadoras para estes indivíduos, todos tem sua importância igualitária na melhoria e crescimento deste indivíduo no seu meio social. **(Sujeito 07 PSI)***

*Em cada especificidade é necessária uma abordagem, elas não precisam ser executadas sozinhas, porém às vezes não é possível que se façam em conjunto, é preciso que utilizemos uma análise sutil para avaliar se os técnicos podem atingir os objetivos em uma mesma intervenção. **(Sujeito 09 A.S.)***

Identificam que a globalização é um fator predominante nas demandas emergentes e no crescimento das expressões da questão social existentes, bem como visualizam nessa reflexão que a correria do dia a dia, não permite aos profissionais uma visão total de suas ações desenvolvidas, a falta de tempo é perceptível aos profissionais conforme nos mostra o relato abaixo:

Vivemos um momento no qual o capitalismo vem cada vez mais e de forma desenfreada inovando nas criações da globalização. Frente a esta afirmação em alguns momentos se faz necessário até mesmo por questão de disponibilidade de tempo e agilidade em atender a situação apresentada pelo usuário, a compartimentalização se torna necessária para a compreensão do todo.

(Sujeito 12 A.S.)

Em outros momentos, constatamos junto aos profissionais que mesmo o fator externo sendo predominante no desenvolver das ações desenvolvidas, consideram relevantes destacar a importância de se reconhecer o trabalho do outro e principalmente seu próprio trabalho, independentemente se há ou não a compartimentalização, diante o depoimento abaixo podemos constatar essa reflexão:

Acredito que sempre temos que reconhecer e conhecer o que cabe a cada área envolvida em um trabalho é necessário, porém não creio que a compartimentalização de forma expressiva seja obrigatoriedade. O que importa é a empatia entre os funcionários e o respeito mútuo para que se crie um ambiente para a efetivação da transdisciplinaridade, e não o contrário.

(Sujeito 14 PSI)

Devido a tudo o que foi comentado até o momento, os profissionais ainda acreditam que as dificuldades encontradas para suprir todas as demandas existentes, se devem sobretudo à aceleração da informação e a globalização, pois infelizmente os profissionais ainda não estão conseguindo sua capacitação no mesmo ritmo, dificultando conforme relato abaixo a compreensão de todas as disciplinas necessárias para um atendimento na sua integralidade:

Dependendo do contexto, acredito que ainda falta muito para a verdadeira compreensão de todas as disciplinas num trabalho de abordagem integral, de cooperação, onde a macrodisciplina não

possa ser separada de tanta harmonia entre os profissionais e suas ações. (Sujeito 17 A.S.)

Verificamos diante desta reflexão, que apesar de toda evolução da interdisciplinaridade, hoje discutida como transdisciplinaridade, o grande desafio dos profissionais ainda persiste no fator tempo, no que se refere à capacitação de cada um, bem como o que cada profissional traz de conhecimento já existentes.

Diante destas dificuldades, os profissionais conseguem visualizar que ampliar estudos, pesquisas, conhecer elementos significativos aos usuários são atitudes fundamentais, porém, nem sempre suficientes.

Ter em mente que constituir um trabalho transdisciplinar pode ser um excelente caminho, mas trata-se de um caminho que exige posturas novas, que exige construção de conhecimentos, e, principalmente, um olhar para outros níveis de realidade, para a descoberta de possibilidades, para a inclusão de outros modos de ser.

A este respeito Iamamoto (2007, p. 75) considera que:

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

Nesse sentido, diante de um mundo cada vez mais capitalista, que de certa forma atropela os profissionais, vivenciamos a realidade de que este sistema acaba forçando os profissionais a estarem buscando novos conhecimentos, de maneira muito rápida, bem como novas posturas também são exigidas para o cumprimento de suas ações.

A visão dos profissionais no que se refere a sua vivência diante das demandas e principalmente o que cada um traz na sua essência.

Essa busca acaba que transformando os profissionais em seres competidores, principalmente no que se refere a um trabalho transdisciplinar, que deixa bem claro cada

especificidade, onde os profissionais são postos à prova do seu próprio conhecimento, causando assim em alguns momentos insegurança e até mesmo o individualismo.

Muitas vezes esse individualismo acaba atrapalhando a atuação do profissional, desviando assim o foco do que seria o desenvolver de um trabalho transdisciplinar, conforme nos demonstra os depoimentos a seguir:

Acredito que um dos obstáculos ao desenvolver um trabalho transdisciplinar, está na dificuldade em interagir com outros profissionais, por insegurança, de demonstrar que não está pronto, que ainda está estudando. A dificuldade de colocar em prática todo conceito, devido à rotina que acaba atrapalhando o desenvolvimento da inter/transdisciplinaridade. A interdisciplinaridade já é um pouco complicada porque, somos pessoas diferentes, de cidades diferentes, com valores diferentes, cada um com a sua situação de vida, cada um com os seus problemas, seu grau de dificuldades de vida mesmo, querendo ou não acabam influenciando o profissional.

(Sujeito 01 A.S.)

Para mim os obstáculos profissionais são, a falta de total compreensão do profissional sobre como trabalhar com a transdisciplinaridade, devido ao profissional não buscar sua capacitação na sua área no que diz respeito à evolução de um contexto. Porém podemos afirmar que isto também ocorre devido ao profissional que ainda reluta em interagir seus conhecimentos com outros profissionais e vice-versa. Em alguns casos também verificamos que por conta de um cotidiano, alguns profissionais sintam dificuldades em, desenvolver suas atividades dentro desses conceitos. (Sujeito 03 PSI)

Em outros momentos percebemos que os obstáculos profissionais, ao desenvolver um trabalho em equipe, principalmente em relação a transdisciplinaridade, são evidenciados que falta sim uma compreensão sobre o tema e dificuldade em interagir junto aos outros profissionais.

Fatos esses reconhecidos por eles, principalmente em se tratando de trabalho em equipe, conforme ressalta o relato abaixo:

Falta de total compreensão do profissional sobre o que é inter/transdisciplinaridade, dificuldade em interagir com outros profissionais ou vice-versa, além da dificuldade em colocar em prática todo o conceito do que é inter/transdisciplinaridade, são para mim o conjunto de obstáculos que dificultam o desenvolvimento de um trabalho em equipe. (Sujeito 12 A.S.)

Continuamos esta reflexão tendo a constatação que os profissionais, diante ao desenvolvimento de suas ações na Política de Assistência Social, que todos têm a consciência clara, objetiva sobre a importância de se ter uma postura condizente, de estar buscando sempre a capacitação necessária para atender de forma efetiva os usuários.

Mas encontram sempre pelo caminho seja ele qual for, o individualismo, que como já vimos acaba atrapalhando a atuação do profissional, conforme nos mostra o relato a seguir:

Acredito que a falta de compreensão sobre o que é transdisciplinaridade, é um dos obstáculos profissionais, bem como a dificuldade em interagir com outros profissionais e colocar em prática todo conceito do que é inter/transdisciplinaridade, são todas responsáveis pela não ocorrências da inter/transdisciplinaridade, e acrescentaria ainda o arcaico receio que cada profissão, infelizmente desde a formação, cultuam em seus futuros profissionais de que não devem “perder espaço” para outras áreas, não entendendo a importância deste, e assim prejudicando todo um trabalho futuro.

(Sujeito 14 PSI)

Diante de tudo o que foi exposto, podemos constatar que alguns profissionais acreditam que o obstáculo principal e inicial que acabam gerando os outros, sem dúvida é aquele profissional que não tem perfil necessário para desenvolver um trabalho em equipe:

Para mim um grande obstáculo, é a existência de profissionais que não conseguem exercitar e atuar em equipe por perfil pessoal.
(Sujeito 09 A.S.)

Nesse sentindo os profissionais precisam identificar na sua área de atuação, que além de necessitarmos de alimento, de abrigo, pagar nossas contas, de segurança no emprego, mas também de nos relacionar com os outros e de sermos aceitos por eles.

Sem isso o trabalho se torna enfadonho e sem graça, trabalhar em equipe é mais divertido do que trabalhar individualmente, o que pode contribuir para melhorar o desempenho, ter uma equipe altamente eficaz é mais do que ter um grupo de pessoas, visto que o trabalho em equipe precisa ser planejado, elaborado.

Não podemos esquecer que para desenvolver um trabalho em equipe, seja ele qual for, enfrentaremos dificuldades e desafios, pois nem sempre os profissionais terão o mesmo tipo de pensamento diante de algum fato ou circunstância.

O que fará a diferença, é a visão de homem e de mundo que cada profissional trará, e saber que uma verdadeira equipe de trabalho precisa de tempo para que seus membros possam, por exemplo, ajustar suas diferenças individuais, sejam elas de percepção, de forma de trabalhar ou até mesmo de relações.

Às vezes, os problemas de relacionamento não são visíveis, ficam mascarados e embutidos intrinsecamente em cada um, onde só podemos percebê-los por meio de ações, do comportamento e no modo de agir com os outros membros da equipe.

De acordo com os relatos abaixo, podemos realizar uma reflexão diante do que os profissionais puderam constatar com esta pesquisa, no que se refere às dificuldades encontradas no trabalho em equipe, onde acreditam que profissionais da mesma área ainda é a maior dificuldade, pois provavelmente esta equipe terá o mesmo tipo de raciocínio:

Por incrível que pareça, eu já tive oportunidades de trabalhar com profissionais de formação diferentes de, mais dentro da área de psicologia, e as minhas dificuldades em relação a outras áreas foram menores do que a mesma formação. Fazendo uma avaliação

desde o início de minha formação, trabalhar com profissionais da mesma formação foi mais difícil, para mim enquanto profissional.

(Sujeito 01 A.S.)

Se eu sentar só com profissionais da minha área, a gente vai focar um único objetivo, lógico sempre vai ter uma pessoa que vai ter outro pensamento, enfim cada um com o seu pensamento, porém, se eu tiver com outros profissionais, de outras áreas a gente consegue ter uma visão ampla, uma visão maior, não vai focar somente naquilo, uma pessoa vai ter outra idéia, outro profissional de uma outra área vai ter outra idéia, então eu acredito que seria essa a grande dificuldade.

(Sujeito 02 A.S.)

Eu sinto que profissionais da mesma área estão focados dentro de uma linha de raciocínio, o que dificulta a interação para novos projetos. (Sujeito 03 PSI)

Podemos ressaltar mais uma vez que o individualismo trava o desenvolvimento das ações em um trabalho em equipe, os profissionais envolvidos nesta pesquisa acreditam nesse sentido que ainda existem técnicos que não dão tanta importância ou nenhuma no conhecimento do outro, considerando somente válido o seu conhecimento, não permitindo dessa forma nenhuma interação do grupo, conforme consta nos depoimentos abaixo, vejamos:

Dificuldades de alguns profissionais em reconhecer a importância do trabalho inter/trans e de respeitar o papel de outros profissionais.

(Sujeito 10 PSI)

Acredito que até mesmo a questão cultural se torna um fator no desenvolvimento do trabalho em equipe. Afirmo baseada em fala de

alguns profissionais que expressam à supervalorização pela própria profissão considerando as outras como sendo de menor valor.

(Sujeito 12 A.S.)

Nesse sentido, os profissionais visualizam e entendem que há todo um critério no desenvolvimento de suas ações, tanto no atendimento individual como coletivo, sendo constatado nesse sentido como grande dificuldade o trabalho diante de profissionais com a mesma formação, pela possibilidade de se terem pensamentos idênticos, mesmos objetivos.

Porém há profissionais que além desta linha de pensamento, concluem que existem dificuldades que vão além do conhecimento teórico, como por exemplo o que cada um traz sobre a personalidade, afinidade, pode comprometer o desenvolvimento de ações, independentemente de qual campo de atuação e qual tipo de profissional faça parte desta equipe.

Vejamos o relato abaixo que evidencia esse pensamento:

Fatores pessoais de empatia, afinidade ou forma de trabalhar, por exemplo, teria dificuldade e me sobrecarregaria enquanto profissional se trabalhasse com alguém, independentemente da área de atuação que não tivesse comprometimento com a missão de nossa existência, ou seja, os usuários, ou até mesmo com pessoas em que não pudesse confiar uma tarefa (claro por motivos anteriormente constatados).

(Sujeito 14 PSI)

Também podemos visualizar que há profissionais que tem a consciência de que existe sim a dificuldade em executar um trabalho transdisciplinar, mas sabem que a transdisciplinaridade é um processo necessário para o aprimoramento de cada especificidade bem como do próprio profissional, conforme nos relata o sujeito a seguir:

A própria subjetividade humana dificulta em alguns momentos, o trabalho em equipe. Portanto acredito que quanto mais conhecermos as teorias, de diferentes áreas pertinentes ao nosso

trabalho, menos dificuldades encontraremos, possibilitando maior eficácia na elaboração de estratégias e resolutividade dos casos.

(Sujeito 16 PSI)

Podemos diante de todo o material exposto, constatar que a reflexão proposta neste estudo, nos trouxe claramente a posição dos profissionais envolvidos, no que se refere o trabalho transdisciplinar hoje evidenciado como sendo primordial na Política de Assistência Social.

A Política da Assistência Social necessita de profissionais que trabalhem com uma visão crítica, em uma perspectiva dialética, visando sempre à transformação dos indivíduos.

Nesse sentido pudemos verificar que os profissionais entrevistados desenvolvem capacidades de decifrar a realidade, visam preservar e efetivar direitos, buscando sempre a competência necessária no que tange as suas especialidades, não deixando de lado a importância da interação de conhecimentos com outros profissionais, a fim de propiciar junto aos usuários efetivação de seus direitos como cidadãos.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo oportunizou importantes reflexões junto aos sujeitos pesquisados diante do objeto de estudo em questão, que foi o processo da transdisciplinaridade dos profissionais na área da Política de Assistência Social. Em decorrência do referencial teórico deste trabalho, pode-se verificar que ao retratarmos a trajetória da Política de Assistência Social, podemos demonstrar que as inovações legais estabelecidas na Constituição Federal, na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica/SUAS, por si sós, são incapazes de modificar de imediato o legado das práticas de assistência social sedimentadas na ajuda, na filantropia e no clientelismo.

Por isso as mudanças precisam ser compreendidas, debatidas, incorporadas e assumidas por todos os envolvidos no processo de gestão da Política de Assistência Social, em todos os níveis da federação. Obviamente, também dependem do contexto econômico e político em que o país vive atualmente.

Considerando a conjuntura política, social e econômica em que se insere a Política de Assistência Social é necessário compreender os limites e constrangimentos de ordem

estrutural que comprometem a sua efetividade. Apesar de todos os esforços e avanços, ainda permanece um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação.

Na trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários.

Nesse sentido colocamos a importância dos serviços socioassistenciais que buscam formas de enfrentar as várias expressões da questão social que assolam a vida da população, e assim garantir o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, propiciando a efetivação das garantias dos direitos.

Diante disso o primeiro objetivo específico que norteou este estudo, foi levantar quais profissionais tem efetivamente compartilhado a operação dos programas e serviços socioassistenciais na Política de Assistência Social.

Pudemos realmente constatar que os assistentes sociais e os psicólogos no que tange ao desenvolvimento de suas ações nos serviços sociassistenciais, são os profissionais envolvidos diretamente na busca da integralidade, possibilitando assim a efetivação dos direitos sociais nesta Política.

Nesse sentido também verificamos que os profissionais em relação ao papel da equipe transdisciplinar na Política de Assistência, retratam que hoje para poder atender todas as demandas existentes não somente na Política de Assistência Social bem como em outras Políticas Públicas, as equipes precisam de fato buscar desenvolver um trabalho transdisciplinar.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que os profissionais que participaram deste estudo na sua maioria ressaltaram, que para desenvolver um trabalho transdisciplinar é necessário que o profissional tenha capacidade de saber ouvir e respeitar o outro profissional e as diferenças de cada especificidade tem que buscar a capacitação sempre, para que possam ter conhecimento abrangente e assim desenvolver um trabalho transdisciplinar, que vise à efetivação dos direitos dos usuários, na Política de Assistência Social.

Diante dos resultados do estudo se constatou que os profissionais devem ser atualizados, éticos e críticos, dispostos a refletirem diante da complexidade de demandas, visando à constituição de estratégias para a efetivação dos direitos dos usuários envolvidos.

Em vista disso, os resultados desta pesquisa demonstraram que para finalizarmos este estudo no que tange sobre os desafios dos profissionais, a busca de metodologias para

trabalhar um grupo com necessidades próprias e únicas, dentro de uma abordagem transdisciplinar, bem como a falta de clareza quanto às atribuições dos diferentes profissionais, é um dos fatores que dificulta o trabalho a ser desenvolvido em equipe.

Portanto, os profissionais envolvidos neste estudo consideram que no desenvolvimento de uma ação multiprofissional é impossível que um único especialista, ou um grupo deles, de uma mesma área do conhecimento, possua todas as competências essenciais para a implementação e o desenvolvimento de abordagens transdisciplinares.

Mas ressaltaram que para chegar a este estágio é fundamental que cada profissional desempenhe de maneira clara sua especificidade, que as habilidades e competências individuais são extremamente relevantes para a configuração dessas equipes, e que na verdade, elas devem ser complementares, a fim de possibilitar uma integração real, demais de agregar percepções e saberes.

Após a reflexão da temática abordada neste estudo os profissionais sujeitos desta pesquisa, relataram que pretendem buscar a atuação transdisciplinar no desenvolvimento de suas ações.

A hipótese inicialmente formulada partiu do pressuposto de que diante da realização de um trabalho transdisciplinar face às demandas hoje existentes, torna-se necessário um processo de aprendizagem numa abordagem transdisciplinar, procurando construir em conjunto com os novos atores uma política pública que consolide o direito à proteção social da população, entendendo que a diversidade e multiplicidade de olhares possibilitam maior riqueza e profundidade no cumprimento do propósito maior dessa política.

A realização deste estudo demonstrou que a hipótese apresentada foi comprovada, pois esta pesquisa teve como proposta retratar os caminhos que a transdisciplinaridade percorre na Política de Assistência Social e promover a reflexão deste tema junto às Assistentes Sociais e Psicólogas que desenvolvem suas atividades nos institutos da Fundação Toledo.

Ressaltou-se diante dos resultados da pesquisa que o objetivo geral deste estudo que foi plenamente alcançado, já que foi possível proporcionar a reflexão sobre os desafios que os profissionais da Política de Assistência encontram no trabalho transdisciplinar na construção da assistência como uma política no campo do direito à proteção social.

Portanto, acredita-se que todas as informações coletadas nesta pesquisa, contribuíram de forma reflexiva junto aos técnicos que desenvolvem a Política de Assistência Social nos institutos da Fundação Toledo, podendo dessa maneira oportunizar o desenvolvimento de um trabalho mais completo, comprometido com as necessidades do trabalho e realmente

efetivo junto à equipe técnica, onde se busca preconizar o indivíduo na sua totalidade, buscando a sua efetivação como cidadão pleno de seus direitos e deveres.

Conseqüentemente, pudemos diante dos resultados constatar que a Política de Assistência Social, para atender todas as necessidades dos usuários requer um salto qualitativo para suprir todas as demandas de uma equipe multidisciplinar. Podemos afirmar, enfim, que essa pesquisa fez-se extremamente relevante e necessária, diante da realidade vivenciada pelas Assistentes Sociais e Psicólogas nos atendimentos das demandas sociais cada vez mais crescentes e emergentes, que pretendem fazer uso de todo conteúdo e reflexão para aprimoramento de suas ações.

SUGESTÕES

Continuar desenvolvendo Reuniões de Equipe Técnica, que visa proporcionar aos técnicos um aperfeiçoamento e capacitação de conhecimentos, para que estes profissionais possam melhor atender os usuários dos institutos da Fundação Toledo.

Desenvolver estratégias de ação voltadas especificamente aos funcionários, de forma a identificar fraquezas no trabalho em equipe, podendo assim buscar maneiras de melhorar a execução das ações.

Para o próximo Trabalho de Conclusão de Curso a ser desenvolvido por outros pesquisadores, na Fundação Toledo poderá ser a de realizar uma avaliação mostrando se realmente a abordagem transdisciplinar está sendo de fato utilizada pelos profissionais e quais são os seus resultados concretos, diante ao atendimento aos usuários.

REFERÊNCIAS

- ANDRAUSS, R. C. *Olhando para o Serviço Social numa perspectiva interdisciplinar*. Bauru: EDUSC, 1996. 132 p.
- ÁVILA, C. M. (coord.). *Gestão de projetos sociais*. 2.ed. São Paulo: AAPCS, 2001. 142 p.
- BARROS, A. J. P, e LEHFELD, N.A.S. *Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 127 p.
- BOSCHETTI, Ivanete. et al. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760 p.
- BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduados*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *LOAS Anotada: Lei Orgânica de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social*, Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil*. 2002 - Estudos e Pesquisas Informação Econômica. Nº 4, ed. 2. Rio de Janeiro, 2004.

BUGALHO, Nelson Rodrigues. *O Terceiro Setor – Breves considerações*. Revista Intertemas. V.4. – Presidente Prudente: Associação Educacional Toledo (A.E.T), 2001. p.09 a 16.

DEMO. P. *Os desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 195.

DESLANDES. S.F. *A Construção do projeto de pesquisa*. In: MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p.950.

DI GIOVANNI, G. *Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual*. In Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas-SP, UNICAMP, 1998.

DINIZ, Maria Helena. *Direito fundacional*. 2. ed. ver. e aum. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2007.

DMITRUK, Hilda Breatriz (org). *Cadernos Metodológicos: Diretrizes do Trabalho Científico*. 6. ed. Ver., ampl. e atual. Chapecó: Argos, 2008.

DRUCKER, Peter F. *As Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas*. Fundação Vanzolini. ABDR Editora Afiliada-Pioneira Thomson Learning. 2002. 166 p.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas, SP: Papirus, 1994. 143 p.

_____. *A virtude da força nas práticas interdisciplinares*. Campinas, SP: Papirus, 1999. 174 p.

_____. *Dicionário em Construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002, 2 ed. 272 p.

FONTANA, M. I. *Apostila de Pesquisa em Serviço Social III*. Texto elaborado para fins didáticos. Bauru: Faculdade de Serviço Social – ITE, 2009. 58 p.

_____. *Apostila de Pesquisa em Serviço Social II: O projeto de pesquisa*. Texto elaborado para fins didáticos. Bauru: Faculdade de Serviço Social - ITE, 2008. 76 p.

GAYA, Adroaldo (org). *Ciências do Movimento Humano: Introdução à metodologia da Pesquisa*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARI, F. *Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade*. Revista Tempo Brasileiro, v. 108, p. 9-18, jan/mar. 1992.

GONÇALVES, H. S. *O Estado o Terceiro Setor e o Mercado: Uma Tríade Completa*. Disponível em: <http://www.rits.org.br/> Acesso em: 06/11/2010.

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOZ, Arturo. *Investigacion Educativa: Dicionário Ciências da Educação*. Madrid: Ediciones Anaya, S.A. 1985.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 326.

_____. CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220 p.

JOVCHELOVITCH, Marlova. *O CNAS em questão: Trabalhar o sonho e trabalhar o possível*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVII, nº 51, agosto de 1996, p.75-91.

LEIS, H. R. *Para uma reestruturação interdisciplinar das Ciências Sociais*. Ambiente & Sociedade, Ano IV, No. 8, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus (org). *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as Áreas do Saber*. São Paulo: Cortez, 1995. 172 p.

_____.(org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999, 143 p.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da seguridade social*. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTEDI, M. A. e THEIS, I. M. *Cruzando fronteiras: conhecimento e interdisciplinaridade na pesquisa em desenvolvimento regional*. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 7, n.2, maio/agosto de 2002, Universidade de Santa Cruz do Sul.

MELO, A. I. S. C. de et ALMEIDA, G. E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 4: Brasília: NED/Cead – Universidade de Brasília, 1999.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maia Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 80 p.

MORIN, Edgar. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Trad. Lucia E.Souza, São Paulo, Ed. Trion, 1999.

MUNHOZ, D. E. N. *Trabalho interdisciplinar: realidade e utopia*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVII, nº 51, agosto de 1996, p. 167-170.

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Trad. Lucia E.Souza, São Paulo, Ed. Trion, 1999.

ORGANIZAÇÕES não governamentais. São Paulo. Disponível em:
www.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_n%C3%A3o_governamental.
Acesso em 01/04/2010.

RICO, E. M. (Org). *Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1.999. 155 p.

RODRIGUES, M. L. *Ações e interlocuções: estudos sobre a prática profissional do assistente social*. São Paulo: Veras, 1999, 2 ed. 131 p.

_____. *Caminhos da transdisciplinaridade - fugindo a injunções lineares*. Revista Serviço Social e Sociedade, No.64, Ano XXI. São Paulo:Cortez. Nov/2000, p.124-134.

_____. *O Serviço Social e a Perspectiva Interdisciplinar*. In: MARTINELLI, M. L. (Org.) *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1998.

SÁ, M. L. J. *Serviço Social e a Interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002, 4 ed. 95 p.

SPOSATI, A. *Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania*. Serviço Social e Sociedade v. 55 p. 9-38, 1997b.

_____. *A menina Loas: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004, 88 p.

_____, et al. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. 424 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WAINWRIGHT, Hilary. *Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XIX, n.º 56, março de 1998, p. 50-59.

_____. *As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS*. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n.º 77, p. 11-29, mar. 2004.